

SISTEMA NACIONAL DE CULTURA PARA QUEM?

Inti Anny Queiroz¹

Resumo: Este estudo busca abordar um fragmento da análise presente na pesquisa de doutorado sobre a arquitetônica da esfera político-cultural brasileira refletida e refratada nos enunciados do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Compreendemos que os sistemas e planos de cultura devem dialogar com os envolvidos na esfera cultural e com suas realidades concretas (a quem se destina o sistema) para que sejam de fato valorados por esses atos pensados e projetados para a realização futura. Com isso, propomos neste estudo a seguinte questão: Quem são os grupos a que se destinam as propostas nos enunciados do Sistema Nacional de Cultura (SNC)? E quem são os grupos até então excluídos e que deverão passar a encontrar valor nesses sistemas e planos? Utilizaremos para esta análise os marcos legais: Lei de regulamentação do PNC (12.343/2010), emendas constitucionais relativos ao PNC (EM 48/2005) e ao SNC (EM 71/2012), decreto presidencial do Sistema Federal de Cultura e Conselho Nacional de Políticas Culturais (5520/2005; 6973/2009; 8611/2015). A fundamentação teórica utilizada para nossa análise está ancorada nos conceitos do chamado Círculo de Bakhtin com os pensadores russos Mikhail Bakhtin e Valentin Volóchinov. Nossa reflexão buscará demonstrar que apenas com a alteração do sistema de financiamento e a real descentralização e distribuição dos recursos, esta nova forma de política cultural poderá de fato ser valorada e apoiada pelos mais diversos grupos mencionados nos enunciados do SNC.

Palavras-chave: Sistema de Cultura, diversidade, financiamento.

A implantação do Sistema Nacional de Cultura no Brasil é fruto de um processo histórico de acúmulo de discussões, ações, rupturas, avanços, disputas políticas, militâncias e articulações das mais diversas. O surgimento da proposta na virada para o século XXI, logo após um longo período de “ausências” e “autoritarismos”, demonstra que esse acúmulo contribuiu para a possibilidade de mudança por meio de um caráter democratizante e descentralizante. Entendemos que o SNC busca recriar a arquitetônica da esfera político-cultural, visando a distribuição de verbas e a descentralização do poder de decisão das políticas, fortalecendo assim as políticas públicas de cultura de caráter mais diverso. Se atentarmos à fase anterior onde apenas as leis de incentivo à cultura atuavam efetivamente como o principal mecanismo de financiamento cultural no país, com o poder de decisão da distribuição das verbas relegado ao mercado e aos patrocinadores, podemos perceber que, a partir da proposta de implantação do SNC, a esfera político-cultural busca uma nova forma de estruturação, revertendo ideologicamente o modo de produção na esfera.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).
Inti.queiroz@gmail.com.

No entanto, é importante ressaltar, que não basta termos um sistema implantado em todo país, se continuarmos tendo a maior parte das verbas de cultura sendo distribuídas via Lei Rouanet que até o momento detém o controle fiscal das verbas de cultura, pois regulamenta o Fundo Nacional de Cultura. A lógica da esfera só terá uma alteração definitiva em seu paradigma, com uma nova regulamentação do Fundo Nacional de Cultura, como previsto no projeto de lei Procultura ainda em trâmite no Congresso Nacional². O FNC é a fonte financeira que deverá alimentar o sistema. Atualmente, as fontes de recursos do Fundo são insuficientes para que tenha o volume necessário ao sistema. Sem um fundo fortalecido, o sistema em sua forma geral é uma estrutura de planejamento sem possibilidade de distribuição de recursos federais aos entes federados. Sem o fortalecimento do FNC, os entes federados receberão poucas verbas do governo federal, e terão que criar mecanismos para gerarem fontes regionais para seus próprios fundos locais, dificultando o processo e a prática efetiva. Contudo, ainda que o FNC não tenha força para distribuir verbas de forma democrática, a ideia do sistema já terá mexido fortemente na forma dos agentes culturais pensarem as políticas culturais a partir dos processos de participação social, diversidade e de cidadania.

Os planos de cultura, em seus contextos de criação nos territórios, são criados e escritos por diversas “mãos”. São diversas consciências de diferentes procedências com diferentes centros de valores inseridos em suas identidades. Entretanto, da execução destes planos, não serão estas mesmas pessoas que estarão responsáveis pelo desenvolvimento das propostas desenvolvidas na gestão pública de cultura nos territórios. Da mesma forma, os agentes culturais a quem estas políticas se destinam podem também não ser os mesmos, afinal o tempo passa e as gerações produtoras de cultura vão se alterando. E em muitos casos nem sempre os representantes de determinados territórios representam de fato a diversidade cultural, as diversas etnias, classes e grupos sociais e as mais diversas linguagens, que se pretende alcançar.

Na obra *Para uma Filosofia do Ato Responsável*, Bakhtin descreve como os momentos da arquitetura estão relacionados. O espaço e tempo e os valores contidos nas esferas, mas principalmente os agentes em relação (eu-para-mim, eu-para-o-outro, outro-para-mim) estão como centros de valor desse processo. Não apenas seus autores, mas aqueles a

² Até o presente momento desta pesquisa, o PL 6722/2010 do Procultura tramita no senado federal como PLC 93/2014, com o texto substitutivo ao PL 1139/2008 escrito pelo deputado federal Pedro Eugênio. Entretanto, com os recentes escândalos da Lei Rouanet e a crise política, os debates relativos ao futuro do Procultura foram reativados. Grupos da classe artística e do empresariado atualmente defendem publicamente diferentes formatos para a nova proposta do FNC.

quem se destina o ato, o que é dito / escrito, deve ser levado em conta. Os momentos da arquitetônica: eu-para-mim, o outro-para-mim, e eu-para-o-outro, são essenciais para a compreensão do todo desta reflexão, pois “todos os valores da vida real e da cultura se dispõem ao redor destes pontos arquitetônicos fundamentais do mundo real do ato”.

É esta arquitetônica do mundo real do ato que a filosofia moral deve descrever, não como um esquema abstrato, mas como o plano concreto do mundo do ato unitário singular, os momentos concretos fundamentais de sua construção e da sua disposição recíproca. Estes momentos fundamentais são: eu-para-mim, o outro-para-mim, e eu-para-o-outro; todos os valores da vida real e da cultura se dispõem ao redor destes pontos arquitetônicos fundamentais do mundo real do ato: valores científico, estéticos, políticos (incluindo também os éticos e sociais) e finalmente religiosos. (BAKHTIN, 2010, p. 114)

As comunidades (semióticas / culturais) são consideradas quando se compõem de fatores comuns como classe, língua, território, interesses etc. As esferas e seus desdobramentos também ajudam a delimitar determinadas comunidades, por exemplo, os participantes de determinado espaço acadêmico científico, os fiéis de determinada religião, os participantes do parlamento etc. No caso específico dos agentes culturais, é possível dizer que, além da comunidade mais abrangente dos fazedores de cultura como um todo, percebemos diversas matizes evidenciando a enorme diversidade de comunidades que compõe a esfera cultural. Os diferentes territórios, setores, linguagens artísticas, as classes sociais, os moradores dos centros urbanos e rurais e os moradores das periferias, entre outros tipos, constroem as cores desta diversidade cultural almejada. Ou mesmo, é possível perceber as linhas ainda mais finas desses matizes, como aqueles que produzem a arte mais erudita ou de vanguarda e os que produzem a cultura mais popular ou tradicional. Toda esta diversidade deveria estar contemplada tanto na produção dos enunciados do Sistema Nacional de Cultura, quanto nos desenvolvimentos propostos pelos planos de cultura. Se de fato estes planos visam a diversidade e a ampliação do acesso, é para todos os tipos de agentes culturais e todos os públicos que estes enunciados devem falar.

Entretanto, como fala Volóchinov (2017) na obra *Marxismo e Filosofia da linguagem*, os signos ideológicos nem sempre falam a todos da mesma forma. Mesmo quando falam a mesma língua, mesmo quando participam e produzem em determinada esfera de atividade humana, as relações de valor para um determinado enunciado serão diferentes para os diferentes grupos.

Em cada etapa do desenvolvimento social, existe um conjunto específico e limitado de objetos que, ao chamarem a atenção da sociedade, recebem uma ênfase valorativa. Apenas esse conjunto de objetos obterá uma forma sígnica, isto é, será objeto da comunicação sígnica. O que então determina esse conjunto de objetos que são enfatizados valorativamente? Para que um objeto, independentemente do tipo da sua realidade, entre no horizonte social de um grupo e provoque uma reação ideológica sígnica, é necessário que ele esteja relacionado com as premissas socioeconômicas essenciais da existência desse grupo; é necessário que, de algum modo, ele toque, mesmo que seja parcialmente, as bases da existência material desse grupo. É claro que, nesse caso, o arbítrio individual não pode ter nenhuma importância. Uma vez que o signo é criado entre os indivíduos, no âmbito social, é necessário que o objeto também obtenha uma significação interindividual, pois, apenas assim ele poderá adquirir uma forma sígnica. Em outras palavras, *somente aquilo que adquiriu um valor social poderá entrar no mundo da ideologia, tomar forma e nele consolidar-se*. É por isso que todas as ênfases ideológicas, embora feitas por uma voz individual (por exemplo, na palavra) ou por qualquer organismo individual, são *ênfases sociais* que pretendem ao *reconhecimento social*, e apenas em prol desse reconhecimento são realizadas no exterior, no material ideológico. (VOLÓCHINOV, 2017, pp 110-111, grifos do autor)

Para que um enunciado toque valorativamente um grupo e provoque uma “reação ideológica sígnica” é necessário que esteja relacionado com as “premissas socioeconômicas essenciais da existência desse grupo” é necessário que dialogue com a infraestrutura econômica que atinge esse grupo diretamente. E isso está diretamente relacionado ao financiamento à cultura. No caso do nosso objeto central de estudo, o SNC, a reflexão acima pode ajudar a compreender a importância do sistema na esfera político-cultural, já que uma de suas principais funções é tentar alterar o modelo de distribuição de verbas para o setor.

Aliado aos interesses de uma construção de política pública de baixo pra cima, os agentes envolvidos na construção do sistema podem vislumbrar a possibilidade de alteração na lógica de financiamento que incide na esfera político-cultural e que até então sempre privilegiou os já privilegiados. Todavia, para que isso aconteça é essencial que uma série de fatores estejam em acordo e haja vontade política (e econômica) daqueles que executarão estas políticas futuramente. Ainda que as políticas criadas sejam pensadas pelos beneficiários destas políticas, com diversidade e ampliação do acesso, ainda cabe ao Estado a decisão de aplicar ou não o que está proposto nos enunciados do sistema, mesmo que estejam previstos em marcos legais. E para que isso realmente tenha plena satisfação de todos os grupos

envolvidos será necessário que de fato todos sejam contemplados nessa nova configuração da esfera pela base, isto é, pelo financiamento.

Na justificativa do projeto de lei de regulamentação do PNC escrito por Gilmar Machado, logo em seu início trazia o seguinte trecho evidenciando a questão da inclusão social como um dos motivos da proposição da matéria.

A história demonstra que tem havido um processo de exclusão da maioria de nossa população. Nossas crianças e nossos jovens, embora herdeiros de um grande patrimônio cultural e criativos o suficiente para enriquecê-lo e legar às gerações que virão, não conseguem ver seu próprio rosto na grande produção cultural dominante. A política cultural tem sido privilégio de poucos que dividem entre si os recursos, sejam públicos ou privados, destinados à criação e produção cultural.³

Neste trecho, a questão da inclusão / exclusão é claramente evidenciada. Gilmar Machado introduz a ideia geral do texto de justificativa da lei do PNC de que os excluídos, aqueles que nunca fizeram parte das políticas culturais, a partir daquele momento precisam começar a fazer parte. No fragmento “A política cultural tem sido privilégio de poucos que dividem entre si os recursos”, o autor sugere que essa nova política cultural não seria especificamente voltada à classe dominante da cultura, que sempre teve seus espaços e verbas para produção. Entretanto, a elite cultural não estaria excluída dos benefícios desta nova política, pois esta se declara democrática e para todos.

Até por uma questão histórica, é possível dizer, que nesta nova política cultural, ainda que tenha a intenção de incluir, de dar acesso àqueles que “não conseguem ver seu próprio rosto na grande produção cultural dominante”, a vantagem de utilizar os recursos da cultura será ainda da classe dominante como evidenciado pelas reflexões desenvolvidas em diversos pontos do estudo desenvolvido em Queiroz (2014). Aqueles que têm maior acesso aos recursos, estudo, informação, às ferramentas digitais e conhecimento prévio dos discursos das diversas esferas que compõem a esfera das políticas culturais, sempre terão vantagem em comparação aos demais nos processos de concorrência por estas verbas.

No parágrafo terceiro do artigo 215 da CF, que insere o Plano Nacional de Cultura encontramos os seguintes trechos nos itens: IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional. A preocupação com a democratização do acesso à cultura e a diversidade aparecem como centros de valores de toda

³ Texto disponível em: < <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19ABR2006.pdf#page=160> > acesso em 22 de setembro de 2016.

esta nova proposta de política cultural. Todavia, para que isto esteja garantido, é necessário a concreta aplicação nos enunciados seguintes desta arquitetura e na aplicação responsável da gestão pública de cultura, observando inclusive como melhor desenvolver a descentralização de recursos e a distribuição mais justa de recursos às diferentes etnias e raças, algo que nunca aconteceu concretamente no país, que historicamente sempre privilegiou pessoas brancas (e principalmente homens), de classes mais abastadas e moradores de grandes centros. Um artigo da constituição, ou mesmo uma lei regulamentar, ainda que sirvam como balizadores do modo como todo o país deve se comportar diante das leis e dos respectivos atos, nem sempre garantem sua concreta aplicação no mundo da vida.

A ideia de diversidade e ampliação de acesso como direitos culturais (e civis) aparecem em diversos trechos do enunciado da lei que regulamenta o PNC aprovado em 2010 evidenciando estes dois centros de valores.

No artigo 1 que trata dos princípios do PNC (BRASIL, 2010 , grifos meus): II - diversidade cultural; (...) III - respeito aos direitos humanos; (...) IV - direito de todos à arte e à cultura; V - direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; VI - direito à memória e às tradições;

No artigo 2, que trata dos objetivos do PNC:

I - reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira; (...) V - universalizar o acesso à arte e à cultura; (...) X - reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus Detentores; (...) XIII - descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura; (Idem)

No artigo 3, das atribuições do poder público:

IV - proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística e suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações; (...) V - promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural; a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais; e o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal; (ibidem)

No artigo 3, podemos verificar também as ideias de abrangência geográfica e territorial, a multiplicidade de valores, o intercâmbio e a universalidade, ampliando ainda mais a questão do acesso. Dar acesso não significa apenas levar cultura para o maior número

de pessoas. Ampliar o acesso significa incentivar que a produção cultural de todos tenham as mesmas chances e recursos para circulação, fruição e troca.

Entretanto, como garantir que de fato esta política cultural incentive a diversidade e o acesso amplo a todos? No texto da lei do PNC, no artigo 8, e em seu respectivo parágrafo único, vemos que cabe ao Ministério da Cultura e ao CNPC a responsabilidade de garantir que os objetivos dessa lei sejam de fato alcançados.

Art. 8o Compete ao Ministério da Cultura monitorar e avaliar periodicamente o alcance das diretrizes e eficácia das metas do Plano Nacional de Cultura com base em indicadores nacionais, regionais e locais que quantifiquem a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdos, os níveis de trabalho, renda e acesso da cultura, de institucionalização e gestão cultural, de desenvolvimento econômico-cultural e de implantação sustentável de equipamentos culturais. Parágrafo único. O processo de monitoramento e avaliação do PNC contará com a participação do Conselho Nacional de Política Cultural, tendo o apoio de especialistas, técnicos e agentes culturais, de institutos de pesquisa, de universidades, de instituições culturais, de organizações e redes socioculturais, além do apoio de outros órgãos colegiados de caráter consultivo, na forma do regulamento. (BRASIL, 2010 - grifos meus)

É necessária a nossa reflexão pensarmos que o Ministério da Cultura nem sempre tem autonomia para suas decisões políticas e carece de recursos para desenvolver todas as ações elencadas no texto. O Estado brasileiro é regido constitucionalmente pela instância dos três poderes. Além disso, responde às decisões presidenciais e de outros ministérios com maior poder de decisão e influência na infraestrutura econômica (como o Ministério do Planejamento e da Fazenda, por exemplo). Qualquer ação relativa a uma lei ainda dialoga com o legislativo e o judiciário e requer legitimidade na sociedade civil. O fator orçamentário é ainda o ponto mais frágil do sistema. Sem um orçamento ampliado é ainda mais difícil atingir as regiões mais periféricas do país e das cidades, e aqueles que sempre estiveram excluídos das discussões. A descentralização deve ser entendida não apenas como um fator geográfico, mas principalmente como um processo de distribuição mais igualitária e justa de recursos, garantindo assim que de fato a cultura é um direito.

No início do capítulo 1 do anexo da lei do PNC, encontramos o seguinte trecho:

O Plano Nacional de Cultura está voltado ao estabelecimento de princípios, objetivos, políticas, diretrizes e metas para gerar condições de atualização, desenvolvimento e preservação das artes e das expressões culturais, inclusive aquelas até então desconsideradas pela ação do Estado no País. O Plano reafirma uma concepção ampliada de cultura, entendida como fenômeno

social e humano de múltiplos sentidos. Ela deve ser considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética. O Plano ressalta o papel regulador, indutor e fomentador do Estado, afirmando sua missão de valorizar, reconhecer, promover e preservar a diversidade cultural existente no Brasil. (BRASIL, 2010, grifos meus)

No trecho “Ela deve ser considerada em toda a sua extensão antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética”, percebemos que além da ideia de inclusão temos também a ideia da cultura entendida em seu sentido mais amplo, o “do-in” antropológico do ministro Gilberto Gil e o conceito da Unesco a partir das reflexões latino americanas. Ao dizer que o PNC deveria estabelecer políticas para expressões culturais “até então desconsideradas pela ação do Estado”, o enunciado convoca esses agentes excluídos para a disputa dessas políticas (e verbas), qualificados a partir de então como responsáveis por uma considerável alteração do paradigma da sociedade brasileira. O enunciado reforça ao longo do texto, as responsabilidades que o Estado (aqui entendido principalmente como MinC) terá ao longo do processo. No anexo 1, capítulo 1, do que compete ao Estado, a lei propõe diversas ações de responsabilidade do MinC.

FORMULAR POLÍTICAS PÚBLICAS, identificando as áreas estratégicas de nosso desenvolvimento sustentável e de nossa inserção geopolítica no mundo contemporâneo, fazendo confluir vozes e respeitando os diferentes agentes culturais, atores sociais, formações humanas e grupos étnicos. • QUALIFICAR A GESTÃO CULTURAL, otimizando a alocação dos recursos públicos e (...) melhorando o atendimento das demandas sociais. • FOMENTAR A CULTURA de forma ampla, estimulando a criação, produção, circulação, promoção, difusão, acesso, consumo, documentação e memória, (...) • PROTEGER E PROMOVER A DIVERSIDADE CULTURAL, reconhecendo a complexidade e abrangência das atividades e valores culturais em todos os territórios, ambientes e contextos populacionais, buscando dissolver a hierarquização entre alta e baixa cultura, cultura erudita, popular ou de massa, primitiva e civilizada, e demais discriminações ou preconceitos. • AMPLIAR E PERMITIR O ACESSO compreendendo a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, sendo o Estado um instrumento para efetivação desses direitos e garantia de igualdade de condições, promovendo a universalização do acesso aos meios de produção e fruição cultural, fazendo equilibrar a oferta e a demanda cultural, (...) • PRESERVAR O PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL, resguardando bens, documentos, acervos, artefatos, vestígios e sítios, assim como as atividades, técnicas, saberes, linguagens e tradições que não encontram amparo na sociedade e no mercado, permitindo a todos o cultivo da memória comum, da história e dos testemunhos do passado. • AMPLIAR A COMUNICAÇÃO E POSSIBILITAR A TROCA ENTRE OS DIVERSOS AGENTES CULTURAIS, criando espaços, dispositivos e

condições (...). • DIFUNDIR OS BENS, CONTEÚDOS E VALORES oriundos das criações artísticas e das expressões culturais locais e nacionais em todo o território brasileiro e no mundo, assim como promover o intercâmbio e a interação desses com seus equivalentes estrangeiros, observando os marcos da diversidade cultural para a exportação de bens, conteúdos, produtos e serviços culturais. • ESTRUTURAR E REGULAR A ECONOMIA DA CULTURA, construindo modelos sustentáveis, estimulando a economia solidária e formalizando as cadeias produtivas, ampliando o mercado de trabalho, o emprego e a geração de renda, promovendo o equilíbrio regional, a isonomia de competição entre os agentes, principalmente em campos onde a cultura interage com o mercado, a produção e a distribuição de bens e conteúdos culturais internacionalizados. (BRASIL, 2010, grifos meus)

Neste trecho, temos uma ampliação da explicação do que deveriam abarcar esses centros de valores: respeitar os diferentes agentes culturais, atores sociais, formações humanas e grupos étnicos, melhorar o atendimento das demandas sociais de forma ampla, reconhecer a complexidade e abrangência, em todos os territórios, dissolver a hierarquização entre alta e baixa cultura, cultura erudita, popular ou de massa, primitiva e civilizada, e demais discriminações ou preconceitos; compreender a cultura a partir da ótica dos direitos e liberdades do cidadão, garantia de igualdade de condições, universalização do acesso, intercâmbio e a interação, modelos sustentáveis, ampliar o mercado de trabalho, o emprego e a geração de renda, promovendo o equilíbrio regional, a isonomia de competição entre os agentes. Entretanto em nenhum momento o documento diz como fazer com que esses processos complexos aconteçam. Caberá á construção dos Planos de Cultura, tanto o PNC quanto os territoriais, desenvolver métodos para que isso um dia aconteça.

Ao dizer que é necessária a ampliação do acesso e a diversidade, os autores (já que este enunciado traz os discursos de diversas consciências) busca orientar o Estado em sua função responsável de gerir a cultura de uma nova forma, levando em conta a diversidade e a cultura na centralidade. O trecho demonstra que essa ampliação sugere a criação de ações inseridas não apenas na esfera político-cultural, mas também que, se esta pretende estar na centralidade, deverá dialogar com outras esferas. Acima é possível perceber o diálogo da esfera político-cultural com suas esferas de influência recíproca: econômica, política, social, educacional, do trabalho, do cotidiano, legislativa etc. Ao apontar que a cultura pode (e deve) ser um fator que gera renda, trabalho, intercâmbio social, entre outros fatores, percebe que a cultura vista pelo olhar antropológico amplia o escopo do MinC nas responsabilidades para com o Estado e a sociedade de forma mais geral. Contudo, é necessário questionar mais uma

vez como ampliar essa responsabilidade social e de ação com uma verba tão pequena e sem uma real alteração no modelo de financiamento? Ou mesmo como interferir e dialogar em outras esferas para que algumas dessas ações aconteçam de modo transversal?

No anexo da lei do PNC, o tema diversidade cultural recebe um capítulo específico para seu desenvolvimento. O primeiro parágrafo do capítulo II traz uma reflexão sobre a situação histórica da formação sociocultural brasileira:

A formação sociocultural do Brasil é marcada por encontros étnicos, sincretismos e mestiçagens. É dominante, na experiência histórica, a negociação entre suas diversas formações humanas e matrizes culturais no jogo entre identidade e alteridade, resultando no reconhecimento progressivo dos valores simbólicos presentes em nosso território. Não se pode ignorar, no entanto, as tensões, dominações e discriminações que permearam e permeiam a trajetória do País, registradas inclusive nas diferentes interpretações desses fenômenos e nos termos adotados para expressar as identidades. (BRASIL, 2010)

O trecho evidencia a desigualdade, a dominação das elites, o preconceito, e a diversidade étnica e racial brasileira, e as tensões resultantes dessa diversidade, como justificativa à necessidade da ampliação do acesso e da aplicação desta nova política. O capítulo sobre a diversidade elenca 68 ações “modo a atender à Convenção da Diversidade Cultural da Unesco”.

(...) a adequação da legislação e da institucionalidade da cultura brasileira de modo a atender à Convenção da Diversidade Cultural da Unesco, firmando a diversidade no centro das políticas de Estado e como elo de articulação entre segmentos populacionais e comunidades nacionais e internacionais. (BRASIL, 2010)

Nas 68 ações para a diversidade no PNC, destacamos trechos em que é possível observarmos diferentes grupos, comunidades, setores e linguagens contempladas nas ações:

(2.1) (...) os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas; aqueles que se encontram ameaçados devido a processos migratórios, modificações do ecossistema, transformações na dinâmica social, territorial, econômica, comunicacional e tecnológica; e aqueles discriminados por questões étnicas, etárias, religiosas, de gênero, orientação sexual, deficiência física ou intelectual e pessoas em sofrimento mental; (2.1.3) (...) mestres de ofícios; (2.1.5) Capacitação - arte e cultura africana, afro-brasileira, indígena e de outras comunidades não hegemônicas; (2.1.6) (...) mapeamento, documentação e preservação das terras das comunidades quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais; (2.1.7) Mapear, preservar, restaurar e difundir os acervos históricos das

culturas afro-brasileira, indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais; (2.1.10) (...) elaboração de inventários sobre a diversidade das práticas religiosas; (2.1.12) (...) políticas públicas de cultura destinadas ao segmento LGBT; (2.1.14) (...) políticas públicas de cultura voltadas aos direitos das mulheres; (2.4.1) Incentivar e promover a qualificação da produção do design, da arquitetura e do urbanismo contemporâneos; (2.4.2) (...) ações integradas de reabilitação de áreas urbanas centrais; (2.5.13) Promover e fomentar iniciativas de preservação da memória da moda, do vestuário e do design no Brasil; (2.6) Mapear, salvaguardar, difundir (...) patrimônio imaterial, às paisagens tradicionais e aos lugares de importância histórica e simbólica para a nação brasileira; (2.6.2) Realizar ação integrada para a instituição de instrumentos de preservação, registro, salvaguarda e difusão de todas as línguas e falares usados no País, incluindo a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; (2.6.3) (...) promoção e proteção das línguas indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais; (2.6.4) Promover as culinárias, as gastronomias, os utensílios, as cozinhas e as festas; (2.7.1) Promover (...) seminários, à publicação de livros, revistas, jornais e outros impressos culturais, ao uso da mídia eletrônica e da internet, para a produção e a difusão da crítica artística e cultural; (2.7.2) (...) pesquisas e publicações editoriais na área de crítica, teoria e história da arte, patrimônio cultural e projetos experimentais; (2.7.4) (...) tecnologias de informação e comunicação, como as redes sociais; (2.7.6) (...) parceria com os órgãos de educação e ciência e tecnologia e pesquisa; (2.7.11) (...) mapeamento dos circuitos de arte digital; (2.7.12) (...) impacto sociocultural da programação dos meios de comunicação; (2.7.14) (...) programas de intercâmbio e residência para profissionais da crítica de arte; (2.7.16) Capacitar educadores e agentes multiplicadores para a utilização de instrumentos voltados à formação de uma consciência histórica crítica. (BRASIL, 2010)

No Capítulo 5 do anexo da lei do PN, que trata da participação social, além destes já detalhados, encontramos outros grupos elencados: “(5.4.2) (...) promovam a participação de jovens e idosos e representantes dos direitos da criança, das mulheres, das comunidades indígenas e de outros grupos populacionais sujeitos à discriminação e vulnerabilidade social;” (idem)

Nos trechos acima desenvolvidos para detalhar os temas diversidade cultural e participação social, é possível perceber os dezenove setoriais previstos no plano e no CNPC. São setoriais no CNPC / MinC: Audiovisual, arquivos, arquitetura e urbanismo, artesanato, arte digital, artes visuais, cultura afro brasileira, cultura indígena, cultura popular, circo, dança, design, literatura, moda, música, patrimônio imaterial, patrimônio material e teatro. A ampliação de escopo também se reflete na menção a outros grupos transversais: mulheres, LGBT, idosos, crianças, jovens, regiões das cidades (centro, periferias, urbano e rural), tipos

de equipamentos, línguas, gastronomia, festas, crítica de arte, arquitetura e urbanismo, moda, mídias em geral etc. A amplitude do escopo de grupos identitários ou mesmo de comunidades, ou de linguagens artísticas aparece como uma “lista de checagem” do sistema, em que, quando de sua escrita, buscou-se não excluir nenhum grupo desse “guarda-chuva” cultural.

No enunciado do artigo 216-A da Constituição relativo ao Sistema, mais especificamente, não encontramos vestígios de grupos ou comunidades culturais. O discurso do artigo demonstra a vocação do enunciado do Sistema para regular a gestão pública da cultura de forma mais geral, tendo como centro de valores as ações e atribuições do Sistema, como “processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura”.

Art. 216-A - O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. § 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura e rege-se pelos seguintes princípios: I - diversidade das expressões culturais; II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais; III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais; VII - transversalidade das políticas culturais; VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; IX - transparência e compartilhamento das informações; X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social; XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura. § 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação: I - órgãos gestores da cultura; II - conselhos de política cultural; III - conferências de cultura; IV - comissões intergestores; V - planos de cultura; VI - sistemas de financiamento à cultura; VII - sistemas de informações e indicadores culturais; VIII - programas de formação na área da cultura; e IX - sistemas setoriais de cultura. § 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo. § 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias." Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação ” (EC n.71, 2012, art. 216-A)

Contudo, ainda que o trecho da constituição relativo ao SNC não traga o detalhamento de grupos que devem ser inseridos no sistema, é possível dizer que o artigo serve como vetor dialógico e transversal entre os agentes envolvidos para seu desenvolvimento. Isso fica evidenciado nos diversos momentos do texto em que são mencionadas as ideias de interação, democratização e compartilhamento. E principalmente no princípio número 1 do SNC, que trata da “diversidade das expressões culturais”.

O decreto presidencial que busca regulamentar o Sistema Federal de Cultura e instituir o CNPC (decreto 5520/2005 e seus dois decretos complementares: nº 6.973, de 2009 e nº 8.611, de 2015). No enunciado último, de 2015, estão elencados diversos grupos, linguagens, setores.

Sobre a composição de cadeiras do poder público no CNPC:

(...) vinte e quatro representantes do Poder Público federal, distribuídos da seguinte forma: a) dez do Ministério da Cultura; b) um da Casa Civil da Presidência da República; c) um do Ministério da Ciência e Tecnologia; d) um do Ministério das Cidades; e) um do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; f) um do Ministério da Educação; g) um do Ministério do Meio Ambiente; h) um do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; i) um do Ministério do Turismo; j) um da Secretaria-Geral da Presidência da República; k) um do Ministério das Comunicações; l) um do Ministério do Trabalho e Emprego; m) um do Ministério das Relações Exteriores; n) um da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República; o) um da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; (BRASIL, 2005b)

Dos representantes da sociedade civil que comporão o CNPC:

a) artes visuais; b) música popular; c) música erudita; d) teatro; e) dança; f) circo; g) audiovisual; h) literatura, livro e leitura; i) arte digital; j) arquitetura e urbanismo; k) design; ; l) artesanato; m) moda; e ; n) cultura hip hop; VII - onze representantes da área do patrimônio cultural, indicados pelos membros da sociedade civil nos colegiados setoriais afins ou, na ausência destes, por escolha do Ministro de Estado da Cultura, a partir de lista tríplice organizada pelas associações de cada uma das seguintes áreas, de acordo com as normas definidas pelo Ministério da Cultura: a) expressões artísticas culturais afro-brasileiras; b) culturas dos povos indígenas; c) culturas populares; d) arquivos; e) museus; f) patrimônio material; g) patrimônio imaterial; h) capoeira; i) cultura alimentar; j) culturas

quilombolas; k) culturas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana; VIII - três personalidades com comprovado notório saber na área cultural, de livre escolha do Ministro de Estado da Cultura; IX - um representante de entidades de pesquisadores na área da cultura, a ser definido, em sistema de rodízio ou sorteio, pelas associações nacionais de antropologia, ciências sociais, comunicação, filosofia, literatura comparada e história; X - um representante do Grupo de Institutos, Fundação e Empresas – GIFE; XI - um representante da Associação Nacional das Entidades de Cultura - ANEC; XII - um representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES; XIII - um representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB; e XIV - um representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC. (BRASIL, 2005b)

A presença de representantes do Estado e da sociedade civil elencados nos trechos acima evidenciam mais uma vez a busca pelo diálogo da cultura com outros setores. No trecho sobre as cadeiras do poder público é possível perceber a intenção de diálogo e transversalidade com outros setores públicos. No trecho sobre os representantes da sociedade civil, não apenas os representantes dos dezenove setoriais do Minc tem cadeiras garantidas no CNPC, mas também intelectuais de filosofia, história, antropologia, ciências sociais, comunicação; empresários de institutos, fundações e empresas; dirigentes de ensino superior e da área de pesquisa acadêmica.

A diversidade de grupos evidenciada nos principais enunciados do SNC pode indicar que de fato houve uma busca pela ampliação do escopo do alcance das ações do Ministério através das novas políticas propostas. Todavia, é necessário salientar, que apenas a presença destes grupos nestes documentos não garante a democrática destinação das verbas, nem que as ações projetadas nos planos de fato alcancem todos de forma igual, ou mesmo promovam a concreta inclusão dos grupos até então excluídos. A plena realização das ações de inclusão, ampliação de acesso e diversidade cultural apenas poderão ser de fato garantidas por meio do compromisso dos governantes de forma ética em relação aos pressupostos elencados nos planos de cultura criados e escritos pelas diversas mãos e pensados pelas diversas consciências ao longo do processo. Para que isso aconteça será necessária principalmente a descentralização dos recursos e a vontade política dos governantes.

A democracia cultural, pensada como forma de inclusão que garante não apenas o acesso à cultura, mas principalmente a garantia de um amplo e irrestrito acesso aos meios de

produção cultural e às verbas, aplicados em toda diversidade de grupos e territórios, é de fato o grande desafio que esta política tem pela frente.

A presença de outros setores nos enunciados do sistema demonstra que não cabe apenas ao MinC e à esfera político-cultural esta responsabilidade, será necessário legitimar os processos na sociedade civil como um todo. A construção do sistema parte de um diálogo entre os poderes executivo e legislativo com a sociedade civil e diversos setores públicos. Ao propor a gestão da cultura como um direito social, estruturada pelo SNC, compreende a complexidade do setor que deve estar em diálogo com outras áreas. Entretanto, esta nova forma de enxergar a gestão cultural acaba delegando responsabilidades para agentes diversos, inclusive de outras esferas, criando uma rede que necessita de consistentes ações colaborativas, responsivas, interativas e que estejam em total consonância para poder funcionar conforme o planejado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. M. *Para uma filosofia do ato responsável*. Trad. Valdemir Miotello e Carlos Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010d [1920-24].

BRASIL. *Lei nº 12.343*, de 2 dezembro 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de informações e Indicadores Culturais e dá outras providências, 2010.

_____. *Decreto nº 5.520*, de 24 agosto de 2005. Institui o Sistema Federal de Cultura – SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC do Ministério da Cultura e dá outras providências. 2005b.

_____. *Emenda Constitucional n. 48*, de 10 de agosto de 2005. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. 2005.

_____. *Emenda Constitucional nº 71*, de 29 novembro 2012. Acrescenta o art. 216-A à Constituição para instituir o Sistema Nacional de Cultura. 2012.

QUEIROZ, Inti Anny. *Projeto cultural: as especificidades de um novo gênero do discurso*. 199f. Dissertação Mestrado. FFLCH, S. Paulo, 2014.

VOLOCHINOV, Valentin. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2017.